

PEREIRA, João Filipe

*min. Rel. Ext. 1893; min. Ind. Viação e Obras Públicas 1893-1894; pref. DF 1900-1901 .

João Filipe Pereira nasceu em Tauá, no sertão dos Inhamuns (CE), possivelmente no dia 23 de março de 1861. Além da incerteza quanto à data de nascimento, que pode ter ocorrido em março de 1862 ou um ano depois, as fontes disponíveis não informam sua filiação, mencionando apenas a origem humilde dos pais.

Estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e pertenceu à turma de engenheiros civis formados em 1885. Em março do ano seguinte, obteve o título de doutor em ciências físicas e matemáticas. Teria começado a vida profissional como engenheiro da Estrada de Ferro Baturité, no Ceará. Membro do Centro Republicano Cearense, participou do movimento armado que depôs o governador José Clarindo de Queirós em fevereiro de 1892, apoiando a investidura do vice-governador Benjamin Liberato Barroso.

Figura sem maior expressão política, em junho de 1893 João Filipe foi chamado pelo presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894) a assumir o Ministério das Relações Exteriores em substituição a Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, ministro da Fazenda e chanceler interino. Segundo sua versão, o marechal Floriano desejava entregar a pasta a um nortista e obteve do presidente do Ceará, tenente-coronel José Bezerril Fontenelle, a indicação de seu nome. Recém-chegado à capital federal, relutou em aceitar o inesperado convite, alegando desconhecimento dos assuntos da pasta, mas declarou-se pronto a defender o governo na luta contra a Revolução Federalista, desencadeada na região Sul. Floriano reiterou o convite e avisou-lhe que já circulava o *Diário Oficial* com sua nomeação. Já adversários de Floriano divulgaram a versão de que a escolha do novo chanceler tinha sido aleatória, sem obedecer a nenhum critério rigoroso. João Filipe teria procurado o marechal em busca de emprego, e este, informado de que o único cargo vago naquele momento era o de ministro do Exterior, teria ordenado a seu secretário: “Pois lave a nomeação desse jovem para ministro do Exterior”. Em seu estudo sobre a política exterior brasileira nos primeiros anos da República, o historiador Clodoaldo Bueno considera que o

mais notável na escolha de João Filipe “é o fato de Floriano ter solicitado o concurso de um engenheiro, desconhecedor dos negócios relativos à política exterior numa época em que se valorizava a formação jurídica”. E arremata: “Talvez o marechal tenha dado preferência justamente a quem não estivesse familiarizado com a pasta, a fim de que fosse, apenas, cumpridor de suas ordens.”

João Filipe tomou posse no Ministério das Relações Exteriores em 30 de junho de 1893 e somente dois dias depois foi apresentado ao chefe do governo. Em 8 de setembro assumiu também o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em virtude do pedido de exoneração de Antônio Francisco de Paula Sousa. Respondeu cumulativamente pelas duas pastas até 7 de outubro, quando transmitiu o cargo de chanceler a Carlos Augusto de Carvalho, permanecendo mais sete meses à frente do Ministério da Indústria, viação e Obras Públicas.

A REVOLTA DA ARMADA E O ACORDO DIPLOMÁTICO DE OUTUBRO DE 1893

Como chanceler, João Filipe buscou assegurar apoio diplomático ao governo Floriano Peixoto na luta contra a Revolta da Armada. Iniciada a revolta em 6 de setembro de 1893, a capital federal ficou à mercê dos canhões da esquadra sublevada pelo contra-almirante Custódio José de Melo. De imediato, a pedido do presidente, João Filipe convocou os representantes diplomáticos dos Estados Unidos e de cinco países europeus com navios de guerra estacionados na baía de Guanabara para uma conferência no palácio do Itamarati, então sede do governo. Segundo a missiva dirigida aos diplomatas, a conferência deveria tratar dos meios de garantir os direitos dos estrangeiros estabelecidos no Rio de Janeiro. Reunidos em Petrópolis (RJ), onde residiam na maior parte do ano, os representantes dos EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Portugal recusaram o convite, fato denunciado mais tarde “como demonstração de indiferença ou mesmo de simpatia à revolta” pelo ministro Felisbelo Freire.

Os duelos de artilharia entre a esquadra rebelde e as fortalezas da baía foram quase diários nas semanas seguintes. Um dos mais violentos ocorreu no dia 13 de setembro, motivando,

agora sim, uma conferência dos representantes da Inglaterra, França, Itália e Portugal com o ministro João Filipe. Na reunião, eles obtiveram a promessa de que os canhões artilhados no Castelo e em outros morros cariocas só abririam fogo se a esquadra rebelde hostilizasse a capital federal. No final do mês, Custódio de Melo avisou aos comandantes da força naval estrangeira que realizaria operação em grande escala contra a fortaleza de Santa Cruz, prevenindo que o bombardeio do Rio de Janeiro seria inevitável, se os canhões de terra atirassem em auxílio da fortaleza.

Foi nesse momento que teve início, de fato, a intervenção das potências estrangeiras na Revolta da Armada. Em 30 de setembro, os governos da Inglaterra, EUA, França, Itália e Portugal autorizaram os comandantes de suas forças navais na baía de Guanabara a impedir, “pela força se necessário”, qualquer incursão da esquadra rebelde contra a cidade do Rio de Janeiro. Em 2 de outubro, os comandantes estrangeiros notificaram o contra-almirante Custódio de Melo, ao passo que seus agentes diplomáticos solicitaram ao marechal Floriano que afastasse dos revoltosos qualquer pretexto de hostilidade contra a capital. O presidente assumiu de bom grado esse compromisso, que lhe assegurava, de certo modo, a posse militar do Rio de Janeiro.

Em 4 de outubro, os comandantes estrangeiros reclamaram a imediata retirada das baterias da cidade, sob pena de serem obrigados a retirar a intimação que tinham dirigido ao contra-almirante Melo. Floriano e seu ministro do Exterior declararam-se “penosamente surpreendidos”, mas concordaram com a exigência.

A intervenção estrangeira resultou no acordo de 5 de outubro de 1893, firmado entre o governo e a esquadra rebelde, sob a supervisão dos comandantes navais e diplomatas ingleses, norte-americanos, franceses, portugueses e italianos. Pelo acordo, os rebeldes não bombardeariam a capital federal e, em contrapartida, a artilharia de costa não abriria fogo sobre seus navios. O Rio de Janeiro foi declarado cidade aberta, mas não a capital fluminense Niterói, que permaneceu sujeita aos ataques da esquadra rebelde.

O acordo de 5 de outubro marcou o início da segunda fase da Revolta da Armada, regulando as operações de guerra na baía de Guanabara até 1º de janeiro de 1894, quando

foi considerado nulo pelos comandantes estrangeiros em razão das violações levadas a efeito pelo governo. Em março, os revoltosos depuseram armas na baía de Guanabara e foram acolhidos como asilados políticos a bordo de corvetas portuguesas.

João Filipe lidou com sérias dificuldades para assegurar a normalidade dos serviços de transporte e comunicação sob a jurisdição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas durante os oito meses de sua permanência na pasta. Em 24 de abril de 1894, foi substituído pelo general Bibiano Costallat, que exerceu o cargo cumulativamente com o de ministro da Guerra até o final do governo Floriano Peixoto.

PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

Em 1897, João Filipe foi nomeado diretor da Repartição Central dos Telégrafos em substituição ao engenheiro Guilherme Schuch de Capanema, fundador do órgão e principal responsável pela implantação da rede telegráfica nacional no período imperial. Seu nome consta como diretor da repartição também em 1898, mesmo ano em que iniciou a carreira de professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, como lente da cadeira de hidráulica, abastecimento de águas, esgotos e hidráulica agrícola.

Em 6 de setembro de 1900, no governo Campo Sales (1898-1902), assumiu o cargo de prefeito do Rio de Janeiro, em substituição ao advogado e político piauiense Antônio Coelho Rodrigues. Foi o quarto dos cinco prefeitos do Distrito Federal nomeados pelo presidente Campos Sales em sua administração.

A exemplo de seus antecessores, enfrentou sérias dificuldades financeiras para administrar a cidade. Com o respaldo do presidente da República, tomou medidas radicais de redução de gastos, como a demissão de funcionários e a suspensão de obras. Em alguns meses colocou ordem nas finanças municipais e restabeleceu o pagamento dos funcionários, conseguindo mesmo retomar algumas obras, entre as quais o desmonte do Morro do Senado. Essa recuperação esteve em grande parte ligada à melhora das finanças federais, resultante do duro programa de ajustamento promovido pelo governo Campos Sales.

Em junho de 1901, João Filipe foi surpreendido pela revolta popular contra o aumento das passagens da Companhia de São Cristóvão, empresa de bondes a tração animal que servia a vários bairros do centro, zona norte e área portuária da cidade. A revolta teve início em 15 de junho, quando o aumento das passagens deveria entrar em vigor e vários bondes da companhia foram incendiados. Os ataques prosseguiram nos dias seguintes, especialmente no centro da cidade, palco de violentos conflitos entre o povo e a polícia. Em 19 de junho, a Companhia de São Cristóvão resolveu manter as passagens anteriores. Na mesma data, o prefeito João Filipe suspendeu a execução do contrato celebrado com a companhia no mês anterior, prevendo o aumento das passagens e estendendo o prazo de concessão até 1950, em troca da promessa de eletrificação de suas linhas.

Sua gestão na prefeitura do Distrito Federal durou pouco mais de um ano. Desgastado pelas críticas da imprensa e pelos embates com o Conselho Municipal, o engenheiro deixou o cargo em 6 de outubro de 1901, sendo substituído pelo jornalista e ex-deputado federal carioca Joaquim Xavier da Silveira Júnior.

Voltou a desempenhar um cargo público em 1910, quando chefiou a Repartição de Águas, Esgotos e Obras Públicas, órgão responsável pelos serviços de abastecimento d'água e saneamento da capital federal, vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Especialista em hidráulica, foi professor catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro durante 30 anos. Eleito duas vezes consecutivas presidente do Clube de Engenharia, exerceu o cargo de maio de 1935 a março de 1940.

Em 1945, prefaciou o livro *A diplomacia do marechal, a intervenção estrangeira na Revolta da Armada*, de Sérgio Correia da Costa.

Faleceu no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1950. Foi casado com Teresa Antonina Sobrinho Pereira.

Paulo Brandi Cachapuz

Fontes: BUARQUE, P. *Governo*; BUENO, C. *República*; CÂM. DEP. *Anais* (18,

19/6/1901); *Correio da Manhã* (16/5/1950). Perde o país uma figura ilustre. O falecimento ontem de João Felipe Pereira; COSTA, S. *Diplomacia*;); FREIRE, A. *Capital*; NABUCO, J. *Intervenção*; PEREIRA, G. *Diplomacia*; REIS, J. *Rio de Janeiro*; Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, ministro de Estado das Relações Exteriores (maio 1894, p.5-8; Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Amaro Cavalcanti, ministro de Estado de Justiça e Negócios Interiores (abr. 1898, p.329); *Revista do Clube de Engenharia* (n. 244, 12/1956, p. 55, n.28, 1/1937, p. 1.218-1.222); *Revista do Clube de Engenharia* Engenheiros civis da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro; SANTOS. N. *Floriano*; SANTOS N. *Meios*; SILVA, M. *Pela*; TELLES, P. *História*.